

VESTÍGIOS DE CHOMSKY EM M. PÊCHEUX: DA LÍNGUA PARA O DISCURSO ALGUNS DIÁLOGOS E DISSIDÊNCIAS

Hélder Sousa Santos¹

RESUMO: Alerta a teorizações de Chomsky (1972), no que toca exatamente à sua conhecida teoria gerativista da língua, este ensaio sinaliza prováveis desdobramentos que M. Pêcheux (1995) delas realizou, ao propor o dispositivo de análise de textos que nomeou de Análise de discurso (AD). Para conseguirmos aduzir parte disso aqui, respaldamo-nos em passagens do texto chomyskiano *Linguística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista* (idem), procurando daí destacar fatos linguístico-lógicos que podem ter servido para, a princípio, Pêcheux (idem) (re)pensar a língua a partir de um ponto de vista-outro, o discursivo. Nesse caso, buscamos fazer um exercício comparativo entre breves passagens de tal texto e a primeira parte da obra pecheutiana *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (idem); obra que constrói, “como” em Chomsky (idem), explicações lógico-linguísticas, re(a)presentando, por exemplo, diferenças semânticas entre orações relativas explicativas e determinativas.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Epistemologia.

ABSTRACT: Alert the theories of Chomsky (1972), exactly in relation to its known generative theory of language, this essay indicates displacements that M. Pêcheux (1995) from them realized to propose a device for analysis of texts which named Discourse Analysis (DA). To be able to adduce a part of it here, we based in some passages of chomyskiano text *Cartesian Linguistics: a chapter of the history of rationalist thought* (idem), seeking to highlight linguistic-logicals facts that may have served for, at first, Pêcheux (re)consider the language from another point of view, the discourse. In this case, we made a comparison exercise between this text and the first part of the *Semantics and discourse: a critique of stating the obvious* (idem); this text builds, "like" in Chomsky (idem), logical-linguistics explanations, re(a)present semantic differences between relative clauses explanatories and determinatives.

Keywords: Discourse Analysis. Epistemology.

Ao nos colocar a refletir aqui acerca de trabalhos do filósofo francês M. Pêcheux (1995), fundador do dispositivo de análise de textos designado de Análise de discurso (AD), queremos desses, epistemologicamente², destacar possíveis filiações teóricas com os do linguista americano N. Chomsky, especialmente,

¹ Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

² Por Epistemologia, de forma geral, compreendemos que, filosoficamente, se trata de modos de sistematizar relações entre conhecimentos já construídos, sublinhando daí possíveis vínculos teóricos entre esses.

quando este estudioso, no século XX (por volta de 1950), esforçou-se por construir uma criteriosa teoria matemática da linguagem, o gerativismo³.

Com efeito, assegurar que Pêcheux tenha lido Chomsky — e que, dessa suposta leitura, seus *(e)feitos de sentido* tenham implicado vestígios em escritos da AD pecheutiana — pode parecer estranho a muitos que, curiosamente, agora nos leem. Ante a essa incipiente manobra nossa, cumpre já destacar que, há muitas literaturas que se *arriscam* em dizer que a AD pecheutiana corresponde a uma elaboração teórica contrária às tendências estruturalista e gerativista.

Ora, dissemos *arriscam*, pois para que Pêcheux chegasse a nos enunciar o que seria a noção de *discurso* — noção que não pode ser reduzida jamais a um produto individual, limitada à fala, mas (re)pensada enquanto (e)feito de uma enunciação que se justifica, linguisticamente, no/com o próprio acontecimento sócio-histórico e ideológico de enunciados —, ele, decerto, à sua maneira e necessidade, soube acolher algo do já-dito, nesse caso, fatos representados em Chomsky (1972), exatamente em a *Gramática Gerativo Transformacional* (GT). Quanto a esta, lembramos apenas que se trata de uma teoria gramatical de N. Chomsky, ocupada em, matematicamente, caracterizar aspectos criativos da faculdade da linguagem e em determinar processos de transformação por que passam os sintagmas nas línguas.

Sendo assim, começamos a dizer que o pressuposto teórico levantado por Chomsky (e que muito nos serve agora para (re)pensarmos no que daí implicou à AD pecheutiana), em *Linguística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista* (1972), de que há uma estrutura mental de língua(gem), dada aos homens, portanto, inata, que os permite exercer a faculdade de linguagem, fê-lo crer que a linguagem está, sim, a serviço do pensamento humano. No que toca a esse pressuposto, Chomsky (idem, cf, p. 43) justifica-o, apenas assegurando que, se analisado o aspecto criador do uso da linguagem em falantes, tem-se aí uma prova reveladora da igualdade entre o aspecto linguístico e o aspecto mental em suas produções linguísticas — esse último aspecto sendo refletido naquele. Certo disso, então, Chomsky concluiu que a linguagem serve aos homens para o expressar de pensamentos e de sentidos; isso é tão verdadeiro, acrescenta

³ A *teoria gerativa* de Chomsky significou, nos anos 40/50, uma ambiciosa tentativa de formalização de fatos de língua(gem), sob crivo matemático-lógico.

tal estudioso (ibidem), que “ambos se beneficiam mutuamente” (linguagem e pensamento).

Após formular esse pressuposto aqui, sumariamente, lembrado por nós, Chomsky (1972), inscrito no bojo das interpelações da teoria racionalista do século XVII de Descartes (teoria essa que pregava ser o raciocínio humano uma operação mental, discursiva e lógica), ousou daí “tentar criar uma teoria da gramática que não fosse somente generale, mas também racional” (idem, p. 68). Isso, com efeito, aponta-nos para o real desejo do fazer teórico de Chomsky: compreender o ser, ou mais exatamente, a linguagem; esta a partir de pensamentos que todo ser (re)formula. Aqui, lembramos que, em pesquisas de Chomsky, o tratamento dado à linguagem trazia em si o forte idealismo racionalista do século XVII; tanto é verdade isso, que, a partir de princípios funcionais da linguagem e da lógica natural, supunha-se haver na mente humana ideias, algo aí inato (o pensamento) que fosse capaz de determinar o mundo e o ser.

Adepto a ideais de cunho idealista-racionalistas, Chomsky, então, passou a comungar com a opinião/crença de que o pensamento humano é anterior à linguagem. Nesse sentido, sem muito esforço de nossa parte, até diríamos que sua teoria racionalista para a linguagem servia-se bem de causas que ele encontrava para daí justificar ações humanas; isso, por exemplo, pode bem ser percebido em momentos de *Linguística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista*, especialmente no começo do capítulo *Estrutura Profunda e Estrutura de Superfície*, em que Chomsky nos convoca saber do que nos dizem Arnauld e Lancelot, em *A Gramática de Port Royal* (2001), acerca de *operações lógicas realizadas no espírito humano*. Operações essas que, segundo Chomsky (idem, cf, p. 43), sempre se mostram comprometidas com o mo(vi)mento lógico da linguagem, no ato em si de ter de representar pensamentos. Trata-se das seguintes operações: *conceber, julgar e raciocinar*.

No que concerne a tais *operações lógicas* de nosso espírito, reiteramos o que a pouco dissemos: todas, *conjuntamente*, segundo Chomsky (idem), servem para percebermos que há processos mentais precedendo a linguagem. Essa ligação entre os atos de *conceber*, de *julgar* e de *raciocinar* parece tão exata em nós, lembra-nos Chomsky (ibidem), a ponto de, para essas três operações, não restarem outra escolha a não ser se atualizarem na estrutura da linguagem. Cada ser, assim,

na perspectiva chomskyana, sempre estimula a mente (*conceber*) a escolher estruturas lexicais (*julgar*), a fim de representar pensamentos (*raciocinar*).

Examinando, com efeito, o ponto de vista chomyskano que buscava conceber a linguagem como sendo (e)feito do trabalho mental de falantes, diríamos que Pêcheux soube identificar aí aspectos teóricos úteis às suas empreitadas em AD. Ora, a *primeira fase da AD* representa, como bem nos lembra MUSSALIM (2005, p. 71), esforços de um Pêcheux ocupado em determinar “(...) uma álgebra discursiva capaz de explicar, formalmente, a estrutura geradora dos processos discursivos”. Tal álgebra nada mais é que a crença pecheutiana de que, nas línguas, pudesse existir uma base material (base essa que é geradora de estruturas infinitas, parafraseando Chomsky (1972)), por meio da qual seria possível passar da língua para o discurso. Aqui cabe nossa primeira tentativa por situar nosso leitor diante de possíveis vestígios de uma leitura chomyskana, ressignificada em Pêcheux no preconizar de sua teoria que esboçou para a noção de *discurso*.

Em *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995, p. 160), Pêcheux, ao dizer que “o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’”, nos põe aí em sinal de alerta, interpelando-nos se, de fato, não haveria algo anterior à linguagem implicando a representação de sentidos, determinando, por exemplo, estes denotarem X sentido(s) e não Y. Disso, então, decorre aceitar que, para as operações de pensamentos recentemente aludidas, deve haver, sim, uma base semântica, atualizada a partir de nosso modo de julgar fatos da realidade, que nos impõe fazer escolhas lexicais em gestos de compor frases, conduzindo-nos, pois, ao significado de textos, ou melhor, aos “seus” (im)possíveis sentidos.

Com efeito, as operações de pensamento (*conceber*, *julgar* e *raciocinar*), em Pêcheux (idem, p. 44), dão-nos pistas para percebermos que, em textos, elas, podem ser causa de seu(s) sentido(s), ou melhor, podem ser aquilo que estaria “determinando sentidos” que, imaginariamente, “provêm” de (seus) enunciados. Isso em Pêcheux parece ficar mais claro, quando ele busca distinguir as *orações relativas explicativas* (apositivas) das *orações relativas determinativas* (restritivas). Tal distinção pode ser aqui lembrada a partir de enunciados do tipo: a) *Deus que é Santo* e b) *Deus invisível criou o mundo visível*; enunciados esses em que, primeiramente, há que se conceber aí certa semelhança formal entre si, dado que ambos contêm o pronome relativo *que* (em b, esse pronome se faz subentendido),

além da “mesma” *articulação* sujeito-predicado. Afirmamos “mesma” *articulação* aspeado, pois a e b são dois enunciados de semântica diferente, cuja igualdade formal se assenta na mera ilusão imaginária nossa, implicando sentidos que não são bem da ordem do mesmo, do *Um* do sentido. Na verdade, diríamos que os enunciados a e b se opõem semanticamente — ora, neste, o pronome relativo se liga a um já-dito, a algo já-contruído historicamente, ao passo que, naquele o pronome relativo nos coloca a raciocinar ante a uma proposição complexa, composta de diferentes julgamentos que nos apresenta diferentes sentidos do tipo Deus, *que* é invisível, criou o mundo, *que* é visível.

Chomsky (1972), retomando Arnould & Lancelot, em *A Gramática de Port Royal* (2001), também, procura nos explicar a questão das proposições relativas acima. Nesse caso, coloca-nos a par de uma explicação que ele constrói para distinguir *significação* de *referência*. Quanto a isso, Chomsky (idem, p. 70) apenas acrescenta o seguinte comentário: “no caso dos nomes comuns, a significação é fixa (exceto quando há ambiguidade ou metáfora), mas a extensão varia, dependendo da frase nominal em que o nome aparece”.

Diferente de Chomsky (idem), Pêcheux (p. 160) — sem se ocupar em construir explicações complementares, (des)envolvidas a partir de/com proposições racionalistas (matematizadas, portanto) — afirma que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições”. Ou seja, não há então uma significação fixada às palavras. Frente a essas observações de Pêcheux, temos somente que nelas reconhecer dissonâncias entre seu pensamento e o de Chomsky, já que aí se afirma, contrário este, ser a significação um (e)feito da representação construída pelo sujeito que, ao enunciar um dado fato, se “vê” no representado, e não bem um produto que tem como causa exclusiva operações de espírito realizadas na/pela mente humana. Isso, todavia, não nos impede de continuarmos a indagar sobre o que aqui nos move: o fato de haver em Pêcheux algo que dialogue com/alude a Chomsky.

Dirigindo-nos, uma vez mais, para o texto chomskyano *Linguística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista* (1972, p. 44), exatamente em momentos nos quais há explicações acerca das noções de *percepção* e de *volição* (explicações essas respaldadas, conforme tal texto, em escritos de James Harris), podemos, paralelamente, a partir delas, refletir agora

acerca dos conceitos de *sentido* e *sujeito*, os quais são caros a Pêcheux no compor de sua teoria do *discurso*. No que concerne esses dois conceitos pecheutianos, torna-se possível aqui já percebê-los como sendo o que, respectivamente, correlaciona-se às noções harrisiana de *percepção* (o(s) *sentido(s)*), e de *volição* (esta correspondendo às vontades, paixões e apetites do *sujeito*). Isso, dito de outra forma, com as palavras do próprio Pêcheux (1995, p. 63), diz respeito à possibilidade de haver sempre um sujeito nascendo do próprio discurso que (re)constrói, isto é, um sujeito que, estando a “manifestar alguma percepção ou dos sentidos ou da alma”, ou ainda a “manifestar volições”, marca, discursivamente, sua *posição-sujeito* naquilo que enuncia.

Ademais essas questões implicadas ao ato de um discurso (no discurso do sujeito) estar, possivelmente, significando (se), sob determinadas condições, em Harris (*apud* Chomsky, 1972, cf., p. 44), ao se referir às frases volitivas, declara-se ainda o fato de existir em textos alguma necessidade de sentido(s) que se/os evidencie(m), acarretando, por exemplo, da parte do sujeito que os constrói, já se ter “alguma percepção informada”, ou “alguma volição satisfeita” no/para o seu (re)fazer de/com a língua(gem). Como consequências disso, temos que admitir que há (quase sempre) a possibilidade de um sujeito poder usar a língua para declarar-se aos outros (afirmando algo), ou fazer com que esses (os outros/interlocutores) ajam segundo sua vontade (interrogando (-se) sobre algo). Nesse sentido, conforme Chomsky (*ibidem*), os modos *requisitivo* — este dividido em *imperativo* (exprimindo ordens) e *precatório* (exprimindo pedidos) — e *interrogativo* (exprimindo dúvidas, interrogações) nada mais são que exigências do próprio sujeito que clama por uma resposta, por um sentido naquilo que diz/enuncia ou lê.

Acerca dessas questões anteriores que tocam o sujeito e o(s) sentido(s) em textos, relendo Du Marsais (*apud* Chomsky, 1972, p. 59), encontramos o seguinte esclarecimento exemplificativo:

Um ato de espírito é uma unidade isolada. Para uma criança, o ‘sentimento’ de que o açúcar é doce é a princípio uma experiência única, não analisada; para o adulto, o significado da frase *le sucre est doux* [o açúcar é doce], o pensamento que ela exprime é também uma entidade única.

Sendo assim, consoante a passagem anterior de Du Marsais, há que se perceber aí que as formas como uma criança, ou mesmo um adulto expressam sentido(s), para o que os venha acometer, revelam percepções pessoais acerca do

elemento “experimentado”, nesse caso, o açúcar. Sendo então tais formas traduzidas por sentimento(s), ou por significado(s), as mesmas remetem-nos agora a certeza dada por Pêcheux (p. 50-51) de que

o começo da linguagem é, pois, a produção desses sons emitidos a propósito de objetos imediatos, e sob o império da necessidade; mas essa linguagem é ela mesma o prolongamento daquilo que Condillac chama de linguagem em ação (...).

Compreendemos, pois, que o *sentido* (para essas mesmas circunstâncias acima referidas por Du Marsais e por Pêcheux) atribuído às coisas que cercam o sujeito, estando, a princípio, sob determinado estímulo externo, *resulta*, sim, *de uma necessidade humana*; necessidade essa que pode ter feito o homem criar a própria linguagem. No que concerne ao sentido, cumpre então ressaltar que ele está para um ato único de linguagem, por isso mesmo irrepetível, daí ser necessário, (re)pensá-lo enunciativamente, ou seja, enquanto um elemento que, *em parte*, pode ser (e)feito do pensamento humano, acontecendo, pois, só uma vez.

Ao que acabamos de dizer acima, somamos ainda o fato de estar o sujeito “subordinado à verdade de seu discurso”, conforme continua Pêcheux (1995, cf., p. 51) argumentando. No entanto, segundo o próprio Pêcheux (*ibidem*), há que se tomar cuidado em não querer enxergar o sujeito em aspectos linguísticos próprios à enunciação, colocando-o, pois, na condição de sujeito suposto “origem do sentido” — isso só é válido pensar de uma perspectiva imaginária, já que não temos acesso direto ao que é da ordem do interdiscurso, ou seja, àquilo que fala antes, em outro lugar, mas que é parte dos textos. Ao que, então, Pêcheux — exatamente na passagem acima, na qual, se aludindo a Condillac, concorda em dizer que a linguagem humana está para uma necessidade nossa, a necessidade de sentidos — (meta)enuncia como sendo “linguagem em ação”, lembramos que, de fato, trata-se de uma máxima sua que, enfaticamente, aparece em todas suas argumentações sobre *discurso* — argumentações essas que, em linhas gerais, propõe ser o sentido de uma palavra/de uma proposição uma espécie de (e)feito da *posição-sujeito* que se inscreve em determinado lugar discursivo, procurando significar (se). Isso, efetivamente, acaba invalidando a possibilidade de se pensar em uma verdade unicamente determinada pelo sujeito — o que há, enunciativamente, é, pois, uma linguagem tomada por sujeitos em constante atividade de (re)produção de sentidos, e não um produto acabado, já (com)portando sentido(s).

Quanto às formas de significar de sujeitos naquilo que enunciam, parece aqui oportuno retomarmos atentamente o que Chomsky (1972, p. 56) nos apresenta sobre o mo(vi)mento de sujeitos na/com a língua. Nesse caso, Chomsky (ibidem) relata que, desde a época clássica (séc. XVI a XVIII), a literatura que aí se produziu sempre nos fez acreditar na presença de um “sujeito subordinado à verdade de seu discurso”. Assim, consoante Chomsky (ibidem), essa subordinação se faz de tal maneira que se torna possível dar-se conta de que

a identidade da estrutura profunda subjacente a uma variedade de formas de superfície em diferentes línguas é frequentemente acentuada (...) em conexão com o problema de saber como se expressam as ligações semânticas significativas entre os elementos do discurso.

Alerta a isso que Chomsky enuncia sobre a relação de subordinação entre sujeito e discurso, torna-se possível agora espreitar um fato interessante que Pêcheux deve daí ter utilizado para, também, repensar certos atos linguístico-lógicos do sujeito ante a redução de conteúdos de ES de frases à EP subjacentes dessas (todas, portanto, trazendo consigo “o mesmo” propósito/sentido). Se há então uma possível identidade entre as estruturas superfície (ES) e profunda (EP) para uma dada proposição, parece-nos necessário saber mais sobre as relações entre os elementos do discurso que estão à sombra de exigências do pensamento. Eis aí a grande tacada que orientou as investigações pecheutianas no liame língua-discurso: (re)pensar na relação do sujeito com suas representações. No entanto, mesmo que Pêcheux tivesse algumas conclusões acerca de supostas semelhanças “resolvidas” entre ES e EP, ele preferiu aproximar-se mais do assunto, respaldando-se, *a priori*, na oposição aristotélica *contingente/necessário* de que Kant outrora se serviu para pensar na *função-sujeito* no/de discurso. Sobre isso, Pêcheux (1995, p. 52) nos fala que

essa nova concepção da relação necessário e contingente, e a noção de ato sujeito que a ela vem se juntar, ligando subjetividade e contingência, constituem a base comum do pensamento “moderno”, no qual os laços entre a reflexão lógico-filosófica e as preocupações relativas à natureza da linguagem tornam-se cada vez mais estreitos, como o mostram os trabalhos, aliás tão divergentes, Husserl, de um lado, e de Frege, de outro.

Dessa forma, há que se notar que, em uma proposição do tipo *sujeito* (A) e *predicado* (B), a relação será sempre mantida como necessária, sobretudo quando

o predicado B pertencer a A. Se do contrário, B estiver fora de A, mas mantiver conexão com este, haverá uma relação contingente, ou seja, um ato do sujeito que se coloca em uma ligação entre o conceito e algo exterior a ele (cf. Pêcheux, 1995, p. 52). Nesse caso, pode-se constatar que há um novo tratamento à questão da significação das formas de superfície (ES) e de profundidade (EP); tratamento esse que Pêcheux defende, sem que se fizesse necessário acabar com o que é da ordem da língua, com aquilo que tange à sua possível matematização, isto é, pontos que nos levam às propriedades de natureza particular de certas proposições linguísticas.

Face a essas questões que tocam o sujeito e suas representações construídas na/com a língua, é bom lembrar aqui que Pêcheux (idem, p. 51) é categórico ao enunciar que

as filosofias dos séculos XIX e XX desenvolveram até seu limite máximo os conteúdos surgidos no que chamamos a “forma de transição” do século XVIII, tanto com respeito à “teoria do conhecimento”, quanto à filosofia da linguagem e à linguística que lhe corresponde: a nova forma conceptual resultante, denominada pela categoria da *subjetividade*, aparece na reelaboração que Kant e seus sucessores fazem da oposição aristotélica contingente/necessário (...).

Em todo caso, é preciso (re)pensar em um modo-outro de julgar a *função-sujeito* no/de discurso, dado que, durante a procura pelo conteúdo exato de certas proposições (em EPs), poderemos nos fazer distantes, despercebidos do fato de que as verdades constituintes de enunciados que as compõem são sempre individuais, trazendo, pois, verdades singulares a cada uma, dificilmente redutíveis a uma “mesma” verdade.

Por sua vez, em Lamy (*apud* Pêcheux, 1995, p. 44), exhibi-se o seguinte breve raciocínio, retomando o que aqui já dissemos acerca o sujeito “suposto origem do seu discurso”. Conforme Pêcheux (ibidem):

Lamy começa sua retórica distinguindo entre ‘l’ame des paroles [‘a alma das palavras’] (isto é, ‘ce qu’elles ont de spirituel’, ‘ce qui nos est particulier’ [‘o que nos tem de espiritual’ ‘o que nos é particular’] a capacidade de exprimir ‘les idées [‘as idéias’] (...).

Como então Chomsky (1972) se filiou a ideais racionalistas do séc. XVII e XVIII, o que está expresso na passagem acima corrobora bem isso: sua inscrição teórica nesse espaço discursivo, o racionalismo. As palavras, segundo Lamy (ibidem), por dependerem do que recebem da alma e do que recebem do corpo,

carregam traços daquilo que é do *particular* (do que é da ordem da capacidade nossa de exprimir ideias), e do que é da ordem do *universal* (o comum a todos).

Divergindo agora à idéia assim — e ciente de que outros elementos estão atuando em fatos de língua(gem), o imaginário dos sujeitos, por exemplo —, Pêcheux (idem, p. 163) passa analisar a *função-sujeito* da seguinte maneira:

Somos, assim, levados a examinar as propriedades discursivas da forma-sujeito, do “Ego-imaginário”, como “sujeito do discurso”. Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob a dupla forma, (...), enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

No que concerne às propriedades discursivas da *forma-sujeito*, podemos assim dizer que há aí uma nova percepção posta em jogo, sobretudo no jeito de observá-la no (seu) acontecimento junto ao/do discurso. Tal forma (a *forma-sujeito*), parafraseando aqui Pêcheux (ibidem), não pode ser causa do que ele próprio diz/enuncia. No entanto, o idealismo racionalista de que Pêcheux deve ter sofrido influências ao, possivelmente, ler Chomsky (1972), não é (conforme suas crenças) uma “posição epistemológica, mas, sobretudo, o funcionamento espontâneo da forma-sujeito” (idem, p. 164).

A essa altura, então, o que pensar a respeito de estruturas linguísticas que são produzidas por um sujeito que, sob (e)feito imaginário, declara-se (ou se vê) “dono” de um discurso em que pode estar (ou não) a representar (“seus”) pensamentos? A bem verdade aqui é que, se para o gerativismo tudo está amarrado à noção de cognição, ou seja, a uma “expressão de pensamento da forma física” que antecede a linguagem, conforme Chomsky declara várias vezes em *Linguística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista* (1972), em Pêcheux, diferentemente, registra-se um olhar mais cuidadoso no que toca à estrutura linguística. No caso de Pêcheux (1995), suas *incipientes elucubrações sobre discurso* já prenunciavam que havia aspectos sociais e históricos implicados a todo dizer. Sobre isso, lembrando parte de explicações de Pêcheux em *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995), especialmente, em momentos nos quais ele se refere a (e)feitos da *função-sujeito* no discurso, diríamos que a

materialidade linguístico-discursiva, devido à opacidade própria da língua que impossibilita o sujeito ter acesso a todas as verdades das proposições (àquilo que é da ordem do já-dito), é que permitirá aí o evidenciar de algumas das diferentes maneiras de significar do sujeito.

Por conseguinte, a partir de uma mesma proposição, dependendo da posição social de quem a diz, torna-se possível, conforme Pêcheux (1995), chegar a diferentes significações. Partindo-se da ES (que é portadora de um acontecimento, de uma historicidade), podem-se, com efeito, encontrar na EP (que é portadora de uma força ideológica), certos dizeres e saberes que nos levem ao discurso, aos sentidos das proposições de um texto. Todavia, vale lembrar aqui que, a estes não chegaremos simplesmente e unicamente, porque neles foram, discursivamente, reconhecido fatos que são da ordem do pensamento, e que, portanto, já faz supor algo redutível a funcionamentos lógico-linguísticos; pelo contrário, somente chegaremos aos sentidos dos textos pela via das próprias materialidades discursivas e de seus (e)feitos discursivos que podem ser (re)construídos por meio do próprio discurso.

Enfim, ante a essas breves reflexões nossas, todas articuladas aqui a partir do que a proposta gerativista de Chomsky (1972) nos esclarece acerca da matéria língua(gem), parece-nos possível (mesmo que com algumas dissonâncias apontadas em nosso ensaio) enxergar vestígios disso em momentos iniciais de trabalhos de M. Pêcheux (1995) sobre o *discurso*. Dessa forma, todas as explicações anteriores que, modestamente, nos esforçamos por construir servem para perceber que a teoria do discurso de Pêcheux não rejeita completamente questões teóricas aventadas em Chomsky (idem) acerca de uma possível matematização da língua. Há na verdade, da parte de Pêcheux, um indagar por essas questões, procurando daí acolher o que é próprio da ordem da língua, nesse caso, o sujeito. Face a isso, então, cabe dizer que, Pêcheux, atento a certos aspectos teóricos do gerativismo de Chomsky, reconhece que existe uma base material linguístico-discursiva em textos, por meio da qual se torna possível passar da língua ao discurso.

REFERÊNCIAS

ARNAULD, A. & LANCELOT, C. “Dos pronomes”. In: **Gramática de Port Royal**. São Paulo: Martins Fontes. 2 ed. 2001. p. 54-60.

CHOMSKY, N. “Estrutura Profunda e Estrutura de Superfície”. In: **Linguística Cartesiana**. Petrópolis: Vozes/ São Paulo: EDUSP. 1972. p. 43-64.

_____. “Descrição e Explicação em Linguística”. In: **Linguística Cartesiana**. Petrópolis: Vozes/ São Paulo: EDUSP. 1972. p. 65-73.

_____. “Aquisição e uso da linguagem”. In: **Linguística Cartesiana**. Petrópolis: Vozes/ São Paulo: EDUSP. 1972. p. 75-88.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Michel Pêcheux e a história epistemológica da lingüística. **Estudos da Lingua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 99-111, jun.2005.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso: da objetividade científica ao terreno fluído da interpretação. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos. (org.) **Análise do Discurso Unidade e Dispersão**, Uberlândia: EntreMeios, 2005.

PÊCHEUX, M. “A forma-sujeito do discurso”. In: **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da UNICAMP. 2 ed. 1995. p. 41-63; 159-180.